

A sociologia do segredo e das sociedades secretas*

George Simmel

Tradução de *Simone Carneiro Maldonado*¹
Universidade Federal da Paraíba

Todas as relações das pessoas repousam sobre a pré-condição de que elas saibam alguma coisa uma sobre a outra. O comerciante sabe que o seu concorrente quer comprar ao preço mais baixo e vender a um preço mais alto. O professor sabe que pode transmitir ao seu aluno uma certa qualidade e uma certa quantidade de informação. Dentro de cada estrato social, o indivíduo sabe aproximadamente que medida de cultura esperar do outro indivíduo. Em todas as relações de tipo diferenciado, desenvolvem-se, o que chamamos com reservas óbvias, intensidade e clareza ou sombreamento, a depender do grau em que cada parte se revela à outra através de palavras e de atos. O quantum de erro e de preconceito que possa estar embutido em todo este conhecimento é imaterial. Assim, a nossa apreensão da natureza externa junto com as suas falácias e inexatidões, ainda atinge aquele grau de verdade que é essencial para a vida e o progresso da nossa espécie, de modo que cada um conhece o outro com quem se relaciona, atinge também o grau necessário para que as condições da interação possam ser satisfeitas. A costumeira apresentação recíproca, seja numa conversa, seja no caso do contato no mesmo plano social, apesar de à primeira vista ser uma forma vazia, é um excelente símbolo da apreensão recíproca que é pressuposto de toda relação social. Este fato nem sempre está presente ao nível consciente, porque no caso de um número muito grande de relações, só as tendências e qualidades típicas precisam ser reciprocamente reconhecidas. A sua necessidade costuma ser observada só quando se quer. Seria um trabalho científico de valor investigar o tipo e o grau de apreensão recíproca necessários aos vários relacionamentos entre os seres humanos.

* *Sociology of secrecy and of the secret societies*

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. Endereço para correspondências: Cidade Universitária, João Pessoa, PB, 58051-970 (<http://www.cchla.ufpb.br/ppgs>). Publicado originalmente como *Sociology of secrecy and of the secret societies* (1905), compondendo, mais tarde, o livro: SIMMEL, G. *Soziologie. Untersuchungen über die formen der vergesellschaftung* de 1908.

Valeria a pena saber como os pressupostos psicológicos gerais com que cada abordagem está entrelaçada com experiências especiais no que diz respeito a um indivíduo que esteja em justaposição conosco; como em muitas linhas de associação a apreensão recíproca precisa ser igual ou não consegue ser igual; como as relações convencionais são determinadas no seu desenvolvimento só através daquele conhecimento recíproco ou unilateral que se desenvolve com referência ao parceiro. A pesquisa deveria proceder na direção oposta, ou seja, deveria procurar saber como o quadro objetivamente psicológico que fazemos dos outros é influenciado pelas relações reais entre nós na prática e no sentimento. Este último problema nada tem a ver com a falsificação. Ao contrário, de maneira bastante legítima, a concepção teórica de um dado indivíduo varia com o ponto de partida que a formou e que é dado pela relação total entre o conhecedor e o conhecido. Uma vez que uma pessoa não pode conhecer de maneira absoluta a outra – pois isso implicaria no conhecimento de cada pensamento e de cada sentimento – uma vez que devemos formar uma unidade pessoal dos fragmentos de outra pessoa que chegam até nós, a unidade que se forma depende necessariamente daquela porção do outro que o nosso ponto de observação nos permite visualizar. Estas diferenças, no entanto, não nascem meramente de diferenças na quantidade da apreensão. Nenhum conhecimento psicológico é um mero eco mecânico do seu objeto. Antes, como o conhecimento de natureza externa, vai depender das formas que a mente que sabe lhe traz e onde estão os dados. Quando nos preocupamos com a apreensão do indivíduo pelo indivíduo, estas formas são diferenciadas num grau bastante elevado. Elas não alcançam a generalidade científica e a conclusividade supersubjetiva que podemos atingir no nosso conhecimento da natureza externa e dos processos psíquicos individuais. Se A tem de M uma concepção diferente da de B, isso não necessariamente significa incompletude ou engano. Ao contrário, a personalidade de A e as circunstâncias totais da sua relação com M sendo como são, o que A pensa de M para ele será verdadeiro, enquanto que para B um quadro um tanto diferente no seu conteúdo pode não obstante também ser verdadeiro. Não é correto de maneira nenhuma dizer que acima destes dois modos de representação haja uma apreensão objetivamente correta da pessoa de M, que sirva de parâmetro de correção para as visões de A e de B. Antes, é uma verdade ideal que o quadro real de M na concepção de A só se aproxime na concepção de B assintomaticamente, como ideal, como algo diferente.

Ela contém, como pré-condição organizadora e integradora, a peculiaridade psíquica de A e a relação especial em que se encontram A e M em vista das suas características e dos seus destinos. Cada relação entre pessoas faz com que o quadro de uma se forme na mente da outra e esse quadro evidentemente está em relação recíproca com aquele relacionamento pessoal. Enquanto este constitui o pressuposto que subjaz à forma que assumem as concepções de cada um, pressupondo-se que essas concepções possuam uma verdade, por outro lado, a real reciprocidade dos indivíduos se baseia no quadro que fazem um do outro. Aqui temos um dos circuitos profundos da vida intelectual, na medida em que um elemento pressupõe um segundo, mas esse segundo pressupõe também o primeiro. Por um lado isto é uma falácia de limites estreitos e assim torna pouco confiável todo o processo intelectual em questão, mas numa aplicação geral e mais fundamental é a expressão inevitável da unidade em que cada um dos dois elementos pressupõe um segundo, mas este segundo pressuporá igualmente o primeiro. Assim sendo, as nossas situações se desenvolvem com base no conhecimento recíproco e esse conhecimento com base em situações reais inextricavelmente entremeadas, através das suas alternâncias no interior do processo sociológico recíproco, que é um dos pontos em que a realidade e a idéia tornam a sua misteriosa unidade empiricamente perceptível.

Em vista da realidade total sobre a qual se fundamenta a nossa conduta, o nosso conhecimento é caracterizado por limitações e aberrações peculiares. Não podemos em princípio dizer que “o erro é a vida e o conhecimento a morte”, porque um ser que persiste no erro passa dos limites e assim inevitavelmente perece. Ao mesmo tempo, em vista das nossas adaptações acidentais e imperfeitas às nossas condições de vida, não há dúvida de que não só a verdade como a malversação são estimuladas e levam a tanto engano quanto seja útil aos nossos objetivos práticos. Podemos lembrar aqui as enormes quantidades de conhecimento que modificam a vida humana e que não obstante são ignoradas e deixadas de lado se a situação cultural total não fizer dessas modificações novos elementos possíveis e úteis. No outro extremo, podemos referir-nos tanto ao *Lebenslüge* do indivíduo sempre tão carente de ilusão, quanto aos seus poderes e aos seus sentimentos de superstição para com Deus e para com os homens, de modo a sustentar-se no seu ser e nas suas potencialidades. Neste aspecto psico-biológico, o engano se articula com a verdade. As utilidades da vida externa como as da vida subjetiva,

provêm que tenhamos tanto de uma como de outra, aquilo que é essencial para nós. Naturalmente esta proposição só vale para uma grande amplitude de variações adaptativas, problemáticas por sinal.

Mas no interior da esfera do conhecimento objetivo onde há lugar para a verdade e para a ilusão, pode assumir um caráter em nenhum outro lugar observado. Os fatos subjetivos interiores da pessoa com quem estamos em contato se inserem nessa área do conhecimento. O nosso próximo tanto pode voluntariamente revelar a verdade sobre si mesmo como por dissimulação pode nos enganar. Nenhum outro objeto de conhecimento pode, assim por iniciativa própria, nos esclarecer com referencia a si mesmo ou esconder-se, como o ser humano. Nenhum outro objeto conhecido modifica a sua conduta procurando ser compreendido e evitando o mal-entendido. Essa modificação é claro, não acontece em todas as relações humanas. Sob muitos aspectos, o nosso próximo em princípio é também um pedaço da natureza que está por assim dizer ao alcance da nossa compreensão objetiva. Em muitos aspectos, no entanto, a situação é diferente e o nosso próximo, de moto próprio, apresenta-se verdadeiro ou falso em referência a si mesmo. Cada mentira, qualquer que seja o seu conteúdo, é essencialmente uma promoção do erro no que diz respeito ao mentiroso: pois a mentira consiste no fato de que o mentiroso oculta da pessoa a quem é passada a idéia, a verdade que detém. A natureza específica da mentira não se exaure no fato de que a pessoa a quem é dita a mentira tenha uma concepção falsa do fato malversado. Este é um detalhe em comum com o simples erro. Some-se a isso o fato de que a pessoa enganada fica com uma concepção errada sobre a verdadeira intenção do mentiroso. A veracidade e a mendacidade são da maior relevância para as relações das pessoas umas com as outras. As estruturas sociológicas se diferenciam pela medida de mendacidade que é operativa para elas. Para começar, em relações muito simples, a mentira é muito menos prejudicial para a persistência do grupo do que em associações complexas. O homem primitivo, vivendo em comunidades de limites estreitos, satisfazendo suas necessidades com o seu trabalho, limitando seus interesses espirituais à experiência pessoal ou à simples tradição, vigia e controla o material da sua existência mais e melhor do que o homem de cultura avançada. Neste caso, a vida repousa sobre mil pressuposições a cujas origens o indivíduo nunca consegue regressar e que não conseguiria verificar, mas que deve aceitar por fé e crença.

Num grau maior do que estamos acostumados, a vida civilizada moderna desde o sistema econômico que se torna cada vez mais uma economia de crédito até a procura da ciência em que a maior parte dos pesquisadores termina usando inúmeros resultados obtidos por outros e não diretamente sujeitos à verificação – depende da fé na honra dos outros. Baseamos as nossas decisões mais sérias num sistema complicado de concepções, cuja maioria pressupõe a confiança de não estarmos sendo enganados. Assim, a prevaricação nas circunstâncias modernas se torna muito mais devastadora e ameaça muito mais os fundamentos da vida, do que no caso anterior. Se a mentira fosse para nós tão permissível quanto o foi entre as divindades gregas, os patriarcas hebreus ou os ilhéus dos Mares do Sul, se a extrema severidade da lei moral não o impedisse, a construção progressiva da vida moderna seria simplesmente impossível, pois a vida moderna é, num sentido mais do que econômico, uma “economia de crédito”. Esta relação é recorrente nos casos de diferenças de outras dimensões. Quanto mais distantes terceiras pessoas estejam do centro da nossa personalidade, mais fácil será para nós nos ajustarmos praticamente, mas também subjetivamente à sua eventual falta de integridade. Mas se algumas pessoas do nosso meio imediato mentirem para nós, a convivência se tornará intolerável. O exemplo pode ser banal, mas deve não obstante ser mantido em mente, porque mostra que as medidas da verdade e da mentira que são reconciliáveis com a continuidade das situações, formam uma escala que registra os níveis de integridade dessas relações.

Além dessa relativa permissividade sociológica da mentira em condições primitivas, pode-se ainda observar uma certa utilidade da mesma. Em casos em que a organização, a estruturação e a centralização do grupo estejam em questão, o processo se realiza através da sujeição do mais fraco ao que lhe é superior física e mentalmente. A mentira que daí decorre é sem dúvida um meio de trazer à expressão a superioridade mental e permitir-lhe que oriente e subordine mentes menos capazes. É a lei espiritual do mais forte, tão brutal como a de tipo físico; por exemplo, como uma agência seletiva para a produção de inteligência como meio de permitir que poucos, para quem os demais devem trabalhar, assegurem o lazer para a produção de bem cultural maior; ou como um meio de garantir liderança a grupos de força. Quanto mais estes objetivos forem alcançados com conseqüências menos desagradáveis, menos será necessária a mentira e mais lugar existirá para a consciência do seu pouco valor ético. Este processo de modo algum se completa.

O pequeno comerciante ainda pensa que não pode levar seus negócios à frente sem um monte de informações falsas acerca das suas mercadorias e age assim sem a menor dor de consciência. Os de maior escala já passaram esta fase e agem com integridade aparentemente maior ao repassar suas mercadorias. Tão logo os métodos de negociar dos pequenos comerciantes e dos de classe média tiverem alcançado um grau semelhante de aperfeiçoamento, os exageros e as falsificações ao anunciar e recomendar mercadorias que hoje em dia não são notados nesses tipos de negócios, cairão sob a mesma condenação ética que hoje passa nos círculos por assim dizer mais elevados. O comércio construído sobre a integridade deverá ser mais vantajoso dentro de um grupo em que o bem estar de muitos em vez do de poucos seja o padrão predominante. Pois os enganados – ou seja, os que ficam em desvantagem por causa de uma mentira – serão sempre maioria se comparados com o mentiroso que tira vantagem da situação. Consequentemente a postura que objetiva a eliminação do elemento de engano da vida social é sempre democrática no seu caráter.

A interação humana repousa normalmente na condição de que o modo de pensamento entre as pessoas associadas tenha certas características comuns; em outras palavras, os conteúdos espirituais objetivos constituam o material comum que se desenvolve nas suas fases individuais no decorrer dos contatos sociais. O tipo e o veículo mais essencial desta comunidade de conteúdo espiritual é uma linguagem comum. Se olharmos com atenção, a base aqui referida de modo algum consiste exclusivamente da que igualmente conhecemos, ou num caso particular, da que se aceita como o conteúdo espiritual da outra; mas este fator é derrubado por outro, qual seja o conhecimento que um associado possui enquanto o outro não. Se a transparência recíproca completa fosse possível, as relações dos seres humanos uns com os outros se modificariam de maneira inimaginável. O dualismo da natureza humana, em razão de que cada manifestação tem suas fontes em numerosas origens que podem estar muito distantes uma da outra e sendo a quantidade avaliada ao mesmo tempo como grande ou pequena a depender se é comparada com certa pequenez ou com certa grandeza, torna necessário pensar também dualisticamente as relações sociais em geral; ou seja, a concórdia, a harmonia, a mutualidade que são consideradas forças socializantes podem ser interrompidas pela distância, aqui representada pela competição e a repulsa, ao produzir-se a real configuração da sociedade.

As estrênuas formas que parecem ser as reais construtoras da sociedade estão continuamente sendo perturbadas, desequilibradas e dissociadas por forças individualistas e irregulares, de modo que a sua reação e desenvolvimento possam ganhar vitalidade por concessão e resistência alternadas. As relações de caráter íntimo cujo veículo formal é a proximidade psico-física, perdem o encanto e até o conteúdo da sua intimidade a menos que a proximidade inclua ao mesmo tempo e alternadamente, distância e intermissão. Finalmente – e é com este assunto que nos preocupamos – o conhecimento recíproco que é a condição positiva das relações sociais, não é a única. Ao contrário, do modo como são, essas relações na realidade pressupõem uma certa malversação, uma espécie de média que varia imensamente, de ocultação recíproca. A mentira é só uma forma muito rude, em última análise muito contraditória, em que esta necessidade vem à tona. Contudo, mentir com frequência leva a romper-se uma situação social, mas (pelo menos do modo como esta vinha existindo) a mentira pode ter sido um elemento integrador no processo da sua constituição. Devemos ter cuidado para não nos deixarmos enganar pela valoração eticamente negativa da mentira e pela significação socialmente positiva e direta da ausência de verdade na conformação de certas situações. Além disso, a conexão da mentira com o fato sociológico elementar aqui em questão – a limitação do conhecimento de um associado sobre o outro – é só um dos meios possíveis, a técnica positiva e agressiva por assim dizer, cujo objetivo em geral é obtido mediante alto segredo e ocultação. Passemos a estas formas mais gerais e negativas.

Antes de abordarmos o segredo como ocultação consciente e voluntária, devemos observar que graus diferentes, circunstâncias diferentes envolvem desrespeito ao conhecimento recíproco entre os membros de associações. Entre essas combinações que envolvem algum grau de reciprocidade direta de parte dos membros, os que estão organizados com um objetivo específico são os primeiros a eliminar este elemento de conhecimento recíproco. Entre estas organizações propositais que em princípio ainda implicam em reciprocidade direta, o extremo é representado por aquelas que têm em vista atuações unicamente objetivas dos membros. Esta situação tem maior visibilidade nos casos em que a contribuição em dinheiro representa a participação dos indivíduos nas atividades do grupo. Nessas instâncias, a reciprocidade, a coerência e a busca comum do objetivo de todos já não se baseiam no conhecimento psicológico de um membro pelos outros.

Como parte do grupo, o indivíduo é exclusivamente o agente numa direção determinada; e são indiferentes tanto o motivo individual que o impele à atividade como as características totais da sua conduta. A organização que tem um objetivo específico (Zweckverband) é uma formação sociológica peculiarmente discreta; sob certos aspectos seus membros são anônimos e para se combinarem lhes basta saber dos outros que eles também formam aquele grupo. A cultura moderna está se tornando cada vez mais objetiva. Suas tramas se multiplicam a partir de energias impessoais e absorvem cada vez menos a inteireza subjetiva do indivíduo. Neste aspecto, o trabalhador manual representa a antítese que ilustra a diferença entre a estrutura social passada e presente. Este caráter objetivo se imprime também na estrutura sociológica de modo que as combinações em que entravam a pessoa inteira e individual e que conseqüentemente demandavam um conhecimento recíproco além do conteúdo imediato da relação, agora se fundam exclusivamente neste conteúdo e na sua pura objetividade.

Em virtude da situação que acabamos de descrever, aquela forma antecedente ou conseqüente de conhecimento sobre um indivíduo – ou seja, confiança em si, evidentemente uma das forças sintéticas mais importantes da sociedade – ganha uma evolução particular. A confiança, como a hipótese de uma conduta futura que certamente se tornará a base da ação prática é, enquanto hipótese, uma condição intermediária entre conhecer e não conhecer a outra pessoa. A posse de todo o conhecimento poria fim à necessidade de confiar enquanto a completa ausência de conhecimento tornaria a confiança evidentemente impossível. As intensidades de conhecimento e de não conhecimento que devem se articular para tornar possíveis as decisões práticas baseadas na confiança serão determinadas pela época histórica, por interesses e por indivíduos. A objetificação da cultura há pouco referida, tem aguçado a diferenciação nos níveis de conhecimento e não conhecimento essenciais, como condição da confiança. O comerciante moderno que entra em negócio com outro, o acadêmico que empreende uma pesquisa com outro, o líder de um partido político que faz um acordo com o líder de outro numa eleição ou na votação de alguma matéria – todos estes, com exceções e diferenças que não precisamos identificar agora, sabem exatamente o que é preciso saber sobre os seus associados para que se desenrole a relação em questão. As tradições e as instituições, a força da opinião pública e a circunscrição da situação que inevitavelmente prejudicam o indivíduo são fixas e confiáveis,

sendo tudo o que precisamos para conhecer certas externalidades sobre o outro para poder ter a confiança necessária à realização da associação. As qualidades pessoais básicas a uma mudança de atitude dentro da relação que pudessem emergir estão fora de cogitação. A motivação e a regulamentação desta conduta tem-se tornado de tal maneira uma programação impessoal que já não se deixam influenciar por aquela base e a confiança não mais depende do conhecimento daquele elemento individual.

Em relações mais primitivas, menos diferenciadas, o conhecimento dos parceiros era muito mais necessário em aspectos pessoais e muito menos na sua confiabilidade puramente objetiva. De maneira que em caso de falha neste aspecto, a confiança poderia se produzir, sendo necessário um grau muito mais alto de conhecimento do primeiro tipo.

É significativo para a existência dos grupos que o conhecimento objetivo geral de uma pessoa, além do qual tudo o que seja estritamente individual na sua personalidade possa permanecer em segredo, deva ser consideravelmente reforçado no comportamento dos membros. O comerciante que vende sementes ou óleo a outro, certamente precisa saber se este é bom pagador. Porém no momento em que se associa a outro, não só precisa saber a sua real condição financeira, como conhecer bastante a sua personalidade, os seus traços de caráter, sua ousadia ou timidez, as suas ações costumeiras, qual será a divisão de funções entre os dois, etc. O segredo da personalidade neste caso é sociologicamente mais restrito. Por causa do nível em que o interesse comum depende da qualidade pessoal dos associados, pouca autonomia é permitida à personalidade individual.

Além das organizações com objetivos distintos e das relações enraizadas na personalidade total, situa-se uma relação de grande relevância sociológica que se chama nas altas rodas, “conhecimento”. Quando digo “eu conheço essa pessoa”, isto de modo nenhum significa que eu a conheça profundamente nem que possa adiantar qualquer coisa sobre o que ela tenha de peculiar, ou sobre seus traços de caráter. Significa apenas que por assim dizer, eu tenho conhecimento da existência do outro. Regra geral, a noção de “conhecimento” neste sentido ocorre mediante a simples menção do nome na “apresentação”. Conhecer-se o isso e não o que ou o como da personalidade, é característico do “conhecimento”. Falando dessa maneira, indica-se a ausência de relações realmente próximas. Neste caso, um só conhece do outro as características externas. E estas tanto podem ser as que se deixam ver no social, como as que a pessoa deseja mostrar aos outros.

O grau de conhecimento denotado na frase “eu conheço essa pessoa” refere-se não necessariamente às características essenciais do outro, mas ao que se apresenta ao mundo. Por isso, o “conhecimento” nesse sentido polido e social é o lugar dileto da “discrição”. Esta atitude consiste no respeito pelo segredo do outro – ou seja, pela sua vontade de nos ocultar isto ou aquilo. Consiste em nos restringir de conhecer todos os fatos da condição do outro que ele não revele. Nessa instância, os particulares em questão não constituem realmente um território proibido. A referência é mais a uma reserva geral devida à personalidade do outro e a uma forma especial da típica antítese dos imperativos; ou seja, o que não é proibido é permitido e o que não é permitido é proibido. Nesta perspectiva, as relações dos homens são diferenciadas pela questão do conhecimento com referência um ao outro: o que não é oculto pode ser conhecido e o que não é revelado não deve ser conhecido. Em última instância, a determinação corresponde à consciência efetiva de que há uma esfera ideal envolvendo cada ser humano, diferente em várias direções e em direção a pessoas diferentes; uma esfera que varia na medida em que a gente não pode se aventurar a entrar sem perturbar o valor pessoal do indivíduo. A honra é uma área assim. Nos referimos a uma invasão desse tipo com a expressão “chegar perto demais”. O âmbito desta esfera, por assim dizer, marca a distância que um estranho não pode cruzar sem infringir a honra de alguém. Outra esfera semelhante ocorre com o que chamamos a “significação” de uma outra personalidade. Para o homem “significante” existe uma compulsão interna de manter-se à distância. Mesmo nas relações mais íntimas, essa pressão não desaparece sem razão muito especial (quando acontece). Podemos então dizer que toda intrusão está articulada com uma falta evidente de sensibilidade com relação à escala de significações do outro. Quem invade, na verdade não faz boa idéia do outro, ao contrário, evidencia falta de respeito. Assim como na pintura sempre se dá destaque a uma figura num quadro onde há muitas outras que, no entanto se mantêm a uma certa distância, existe um paralelo sociológico na distância que constitui uma esfera preenchida pela personalidade e seu poder, sua vontade, sua grandeza. Um circuito semelhante, se bem que bastante diferente em valor, rodeia o homem nos seus negócios e nas suas qualidades. Penetrar nesse circuito por curiosidade seria uma violação da personalidade. Assim como a propriedade material é uma extensão do ego – a propriedade é precisamente aquilo que obedece à vontade do possuidor, assim como o corpo é a nossa primeira “propriedade” com base nisso, toda invasão dessa posse é uma violação da personalidade;

existe então uma propriedade privada espiritual cuja invasão significa uma violação do ego que está no seu centro. A discrição nada mais é do que o senso de justiça com respeito à esfera dos conteúdos íntimos da vida. Naturalmente as intensidades deste senso variam em diferentes personalidades assim como o senso de honra e de propriedade pessoal têm um âmbito bem diferente quanto às pessoas no círculo imediato de alguém e com referência a pessoas estranhas ou indiferentes. No caso das relações sociais acima mencionadas no sentido estrito e que se expressam através do termo “conhecimento”, nos deparamos com uma fronteira típica, além da qual talvez não se guardem segredos; com referência à qual, todavia, o que lhe for exterior, guardada a observância da discrição convencional, não se deve invadir com perguntas ou outras coisas.

A questão de onde fica essa fronteira não é fácil de responder. Ela nos leva às mechas mais finas das formas sociais. O direito àquela propriedade privada espiritual de que falamos há pouco, não pode ser afirmado num sentido mais absoluto do que o da propriedade material. Sabemos que nas sociedades mais avançadas a propriedade material com referência aos seus aspectos essenciais, criação, segurança e produtividade, nunca se baseia apenas sobre a ação individual. Depende também das condições e forças do meio social, e conseqüentemente suas limitações, seja através das proibições que recaem sobre o modo de aquisição da propriedade ou através de impostos, são direito do todo. Este direito, todavia, tem uma base ainda mais profunda do que o princípio do contra-serviço entre a sociedade e o indivíduo. Nesta perspectiva, é elementar que a parte deva submeter-se a tanta limitação à sua auto-suficiência quando pareça necessário à existência a aos propósitos do todo. O mesmo princípio se aplica à esfera subjetiva da personalidade. Em benefício da associação e da coerência social, cada um deve saber certas coisas no que diga respeito ao outro; e de um ponto de vista moral esse outro não tem o direito de resistir a esse conhecimento nem de exigir discrição; ou seja, a posse tranqüila do seu ser e da sua consciência, em casos onde a discrição viesse a prejudicar interesses sociais. O homem de negócios que entra numa obrigação contratual com outro; um patrão que contrata um empregado e por outro lado, este último antes de entrar numa relação servil; o superintendente responsável pela promoção de um subordinado; o chefe de família que admite uma nova personalidade no seu círculo social – todos estes devem ter o direito de estar informados sobre o passado e o presente da outra parte em questão, quanto ao temperamento, estofo moral,

caráter, que se possam relacionar para a conclusão ou a rejeição da relação em princípio proposta. Estes são casos simples em que a beleza da descrição – ou seja de evitar tomar conhecimento de tudo o que o outro não nos revela voluntariamente – deve corresponder às exigências da necessidade prática. Mas de forma mais refinada e menos simples, em passagens fragmentárias de associação e revelações não feitas, toda a negociação dos homens uns com os outros repousa na condição de que cada um saiba mais sobre o outro do que este voluntariamente deixa perceber; e em muitos aspectos, se possível, esse conhecimento teria sido ocultado pelo sujeito. Enquanto algo individual, a coisa pode ser vista como indiscrição, apesar de no sentido social ser condição da sociabilidade e da vitalidade da troca social, sendo os limites rompidos enquanto propriedade espiritual privada de alguém, extremamente difíceis de identificar. Em geral os homens acreditam que sabem de tudo o que, sem aplicação de meios externos e ilegais, através da pura observação e reflexão psicológica, é possível afirmar. No entanto, a indiscrição assim exercida pode ser igualmente violenta e moralmente tão injustificável, quanto ouvir atrás das portas ou violar a correspondência alheia. Para pessoas de maior sensibilidade e poder de percepção, os homens se traem e aos seus pensamentos e traços mais íntimos, não só apesar dos esforços por não fazê-lo, mas justamente por tentar ocultar-se com tanta ansiedade.

A escuta insaciável de cada palavra impensada; a persistência em decodificar cada detalhe de ação, tonalidade de voz, etc.; o que se pode inferir de tais ou quais expressões; o que pode trair um rubor à menção de um nome – nada disso ultrapassa o limite da discrição externa; são inteiramente tarefa do próprio intelecto e assim direito inquestionável do sujeito, ainda mais levando-se em conta que o mau uso da superioridade psicológica costuma ocorrer como algo involuntário. Às vezes é difícil a gente evitar a interpretação do outro, a nossa teoria das suas características e invenções subjetivas, a nossa construção da sua interioridade.

Se bem que o homem honrado se abstenha de escarafunchar as coisas que outro oculta e não costume aproveitar-se das suas fragilidades e momentos de desamparo, o processo de conhecimento nesta esfera se dá de modo geralmente tão automático e o seu resultado surge tão inopinadamente, que nada se lhe pode contrapor, nem mesmo a boa vontade. E se aquilo que sem dúvida não é permitido termina por ser inevitável, fica difícil assim perceber-se a delimitação entre o permitido e o não-permitido.

Até que ponto a discrição se absterá dessas auscultações espirituais? Até onde se restringe este ideal tão necessário ao trato entre os membros de um mesmo grupo? Eis uma questão para cuja solução não bastam nem o tato nem o conhecimento das circunstâncias objetivas e suas exigências, tendo ambas as coisas, no entanto que intervir conjuntamente. O refinamento e a complexidade deste problema o remete à decisão individual, que não pode ser pré-julgada por nenhuma norma de caráter geral; é um problema muito mais pessoal do que o que se coloca a respeito da propriedade privada, no sentido material.

Diante desta forma anterior ou, se se quer, deste complemento do segredo, que não se trata do comportamento do que guarda o segredo e sim do outro e em que a combinação ou mistura do conhecimento e da ignorância mútuos se acentua principalmente ao recair sobre o primeiro extremo, passemos a novos termos: às relações que não giram em torno de interesses bem delimitados e ainda que só pela sua “superioridade” objetivamente estabelecidos como as que estudamos até agora, mas ao menos em pensamento, abarcam todo o conteúdo da personalidade.

Nesta perspectiva, os principais tipos de manifestação se dão na amizade e no casamento. O ideal da amizade vem das tradições antigas e de maneira bastante singular se tem desenvolvido diretamente no sentido romântico objetivando uma absoluta confiança e intimidade, com a pressuposição de que a posse material seja também um recurso comum aos amigos. Essa entrada do ego inteiro e indiviso numa relação pode ser mais plausível na amizade do que no amor, porque no caso da amizade falta a concentração num só elemento, que no caso do amor é a sensualidade. Sem dúvida, o fato de que no conjunto dos possíveis motivos do enlace haja um que por assim dizer predomine sobre os demais, haverá de determinar certa organização, semelhante à que se produz num grupo que segue um chefe. Um elemento constituinte muito forte costuma abrir o caminho, seguindo-se-lhe os demais que, sem ele, teriam permanecido latentes. Não resta dúvida que na maioria das pessoas, é o amor sexual que abre de par em par as portas da personalidade. Inclusive para muita gente o amor é a única forma de entregar por inteiro o seu eu, assim como para o artista a arte é a única possibilidade que se lhe oferece para manifestar de forma cabal a sua interioridade. Nas mulheres se observa isto com maior frequência: o “amor cristão”, que tem outro sentido, pretende também chegar ao mesmo ponto. Quando se ama, nestas instâncias, não só se entrega totalmente e sem reserva o ser,

como este de certa maneira se dissolve quimicamente no amor passando para o outro como a cor, a imagem e a temperatura do próprio amor. Por outro lado, quando o sentimento amoroso não se expande, os demais conteúdos da alma perdem em flexibilidade, o predomínio dos enlaces eróticos pode ser um obstáculo aos demais contatos tanto morais e práticos como espirituais, e para que se abram as comportas da personalidade o erótico vem à cena. A amizade, em que a entrega não é tão apaixonada mas também não é tão desigual, pode servir melhor para ligar por inteiro as pessoas; pode abrir as comportas da alma de modo menos impetuoso, porém mais amplo e mais duradouro.

Mas esta intimidade completa se torna mais difícil à medida que aumenta a diferenciação entre os homens. É possível que o homem moderno tenha tanto o que ocultar que não consiga contrair amizades à maneira antiga. É possível que as personalidades, a não ser na juventude, estejam demasiado individualizadas para que ocorra a reciprocidade plena da compreensão, que exige poder de adivinhação e fantasia produtiva, focalizados sobre o outro. Parece, portanto que a sensibilidade moderna se inclina mais para as amizades diferenciadas, amizades que se limitam a um dos aspectos da personalidade, deixando outros fora do jogo. Assim se produz um tipo bem específico de amizade da maior relevância para a problemática da determinação do grau de comunicação ou de reserva que deve haver nas relações amistosas. Estas amizades diferenciadas que nos ligam a uma pessoa pelo lado do sentimento, a outra pelo da comunidade espiritual, a uma terceira em virtude de impulsos religiosos, à quarta por recordações comuns, oferecem uma síntese peculiar no que toca à discrição, ao grau de expansividade ou de reserva; pedem que os amigos se abstenham de adentrar as esferas de interesse e de sentimento que não estejam implícitas na relação e cujo respeito é necessário para que não se façam sentir dolorosamente os limites da inteligência comum. Assim delimitada e recoberta por discrições, a relação pode proceder bem do centro da personalidade e alimentar-se dos seus jogos, ainda que estes só alcancem um setor periférico. Seria um pouco a mesma profundidade de sentimento a produzir o mesmo espírito de sacrifício que aquelas relações que em outras épocas e entre pessoas menos diferenciadas abarcavam toda a periferia da vida, e para as quais a reserva e a discrição não eram problema.

A proporção entre a comunicação e a reserva com seus complementos, a intromissão e a discrição, é muito mais difícil de determinar no casamento,

em que temos um campo de problemas muito gerais e importantes para a sociologia da relação íntima. Como se chegaria ao máximo de valores de comunidade: mediante a entrega por inteiro a uma outra personalidade, ou ao contrário, mantendo a reserva? Não será maior a posse do ponto de vista qualitativo quanto menos as pessoas se pertencem quantitativamente? Este tema da proporção tem que ser resolvido naturalmente, ao mesmo tempo em que o seguinte: onde traçar no interior da comunicação entre os homens o limite em que eventualmente começam a reserva e o respeito ao outro? A vantagem do casamento moderno – no qual só podem se resolver caso a caso ambas as questões – é que este limite não está dado com anterioridade como acontece nas culturas mais antigas. Nelas, o casamento não era em princípio uma instituição erótica e sim econômica e social; a satisfação dos desejos amorosos apenas acidental e as uniões se davam – com exceções, é claro – não por motivos de atração individual mas por razões de família, por questões relativas ao trabalho e à descendência. Os gregos alcançaram o máximo de diferenciação neste ponto. Dizia Demóstenes: “Temos hetairas para o prazer, concubinas para as necessidades diárias e esposas para nos dar filhos legítimos e para cuidar da casa”. Evidentemente, numa relação tão mecânica que exclui a intervenção dos centros espirituais – coisa que nos mostra a cada passo com algumas modificações a história do casamento – não existem nem a necessidade nem a possibilidade de um confiar-se intimamente ao outro. Mas por outro lado, desaparecerão várias reservas de ternura e castidade que, em que pese sua aparente impossibilidade, são as flores de uma relação íntima e inteiramente pessoal.

A mesma tendência a estabelecer normas transindividuais que a priori excluam das comunidades matrimoniais certos conteúdos da vida, se encontra na multiplicidade de formas de casamento que existem e entre as quais se há de escolher previamente os contraentes. Nessas várias formas se identificam diversas expressões que assumem no casamento os interesses econômicos, religiosos e o direito de família. Assim é entre muitos povos primitivos, entre os índios, entre os romanos. Mas convenhamos que também na vida moderna, o casamento se contrai de preferência por motivos convencionais ou materiais. Mas, realizada com maior ou menor frequência, a idéia sociológica do casamento moderno é a comunidade de todos os conteúdos vitais, uma vez que a sua influência determina imediatamente o valor e o destino da personalidade. E a eficácia desta exigência ideal não é nula, e com frequência propicia espaço e impulso para desenvolver uma comunidade muito imperfeita,

fazendo-a cada vez mais ampla. Mas se justamente o interminável deste processo produz o encaminhamento e a vida interior da relação, sua inversão pode ser causa de profundas desilusões, quando há expectativa de unidade absoluta, quando não há reserva alguma no pedir nem no oferecer, nem sequer aquela que, em todas as naturezas finas e profundas fica no fundo escuro da alma, ainda que esta acredite que se colocou inteira perante o outro.

No casamento, como nas relações conjugais livres, é fácil ceder nos primeiros tempos à tendência de desaparecer no outro, de esvaziar as últimas reservas da alma depois de entregar as do corpo, de perder-se completamente no outro. Mas esta conduta ameaça seriamente na maioria dos casos, o futuro da relação. Só podem “dar-se” por inteiro sem perigo, justamente as pessoas que não “podem” dar-se por inteiro, porque a riqueza da sua alma consiste numa renovação constante, de modo que depois de cada entrega lhe nascem novos tesouros, porque têm um patrimônio espiritual latente e inesgotável não podendo revelá-lo nem doá-lo de todo, assim como a árvore, ao dar inteira a safra do ano, não compromete a do ano seguinte. No entanto diferente é o destino dos que não poupam os ímpetos do sentimento, a entrega incondicional, a revelação da sua vida espiritual e por assim dizer gastam o seu capital, faltando-lhes a fonte de renovada aquisição espiritual, que não se pode passar adiante e que é inseparável do eu. Nestes casos, ocorre o perigo de um dia ver-se de mãos vazias, o perigo de que o gosto dionisíaco do ter traga consigo uma penúria que desminta, se bem que retrospectivamente, as dedicações, as entregas e o destino que tenham proporcionado, o que não por ser injusto, é menos amargo.

Somos feitos de tal maneira, que não só necessitamos, como indicado antes, de uma determinada proporção de verdade e de erro como base da nossa vida, mas também de uma mistura de clareza e opacidade na percepção dos nossos elementos vitais. Penetrar até o mais profundo âmago de algo é destruir o seu encanto e deter a fantasia no seu tear de possibilidades; perda esta de que realidade alguma nos poderia ressarcir, pois se trata de coisas que justamente não podem ser completamente substituídas por pagamento ou por prazer algum. O outro não só nos haverá feito mercê de um dom que podemos tomar, mas também da possibilidade de enganá-lo com esperanças e idealizações, com belezas recônditas e encantos que ele mesmo desconhece. Mas no lugar em que depositamos tudo isto, que terá sido produzido por nós estará no horizonte confuso da sua personalidade,

o reino intermédio em que a fé substitui o saber. É preciso fazer constar que não se trata aqui tão somente de ilusões e de enganar como frutos do otimismo ou do enamoramento, mas simplesmente que uma parte, inclusive a pessoa mais íntima, haverá de se nos oferecer de forma obscura e inacessível à intuição para não perder o seu encanto. O simples fato de ter do outro um conhecimento psicológico absoluto, exaustivo, nos esfria ainda que não tenhamos colocado nele o nosso entusiasmo com anterioridade, paralisando a vitalidade das relações e fazendo com que a sua continuidade apareça como algo que não tem objeto. Eis o perigo das entregas absolutas e – em mais de um sentido – impudicas, a que nos conduzem as possibilidades ilimitadas das relações íntimas; entrega que pode até nos parecer um dever, sobretudo quando não há segurança absoluta do próprio sentimento e sobrevém a preocupação, o temor de não dar o bastante ao outro, o que nos termina levando a dar em demasia. Muitos casamentos perecem por essa falta de discrição mútua, tanto no dar como no tomar; recaem num hábito banal e sem encanto, numa espécie de evidência que não deixa espaço a surpresas. A profundidade fecunda nas relações apenas entrevê e respeita sempre o último recôndito que ainda escapa à revelação e induz a reconquistar diariamente aquilo que certamente se possui. Tal é a recompensa da delicadeza e do domínio de si, que mesmo nas relações mais íntimas, nas que abarcam a pessoa inteira, respeita essa propriedade interior que põe limites ao direito de perguntar mediante o direito a se guardar segredo.

Todas estas combinações se caracterizam sociologicamente pelo fato de que o segredo de uma parte é de certo modo acatado pela outra, e aquilo que se oculta voluntária ou involuntariamente, é respeitado voluntária ou involuntariamente. Mas a intenção de ocultar adquire uma intensidade bem diferente, quando frente a ela entra em ação a intenção da descoberta. Produzem-se então a dissimulação e a malversação, por assim dizer, como formas agressivas de defesa para com um terceiro elemento que é o que se considera secreto. O segredo, enquanto dissimulação de certas realidades, conseguido por meios negativos ou positivos, constitui uma das maiores conquistas da humanidade. Comparado com o estado infantil em que toda representação é comunicada, em que todo empreendimento é visível a todos os olhares, o segredo significa uma enorme ampliação da vida, porque muitas das suas manifestações não se poderiam produzir na completa publicidade. O segredo oferece, por assim dizer, a possibilidade de que surja um segundo mundo junto ao mundo patente e de que este sofra a influência do outro.

Uma das características de toda relação entre duas pessoas ou entre dois grupos é haver segredo ou não e a medida em que o mesmo exista; pois mesmo no caso de uma parte não notar a existência do segredo, este modifica a atitude daquele que o guarda, e, por conseguinte, modifica toda a relação.

A evolução histórica da sociedade se manifesta em muitas partes, pelo fato de muitas coisas que antes eram públicas, entrarem na esfera protetora do segredo; e inversamente, muitas coisas que antes eram secretas, chegarão a prescindir desta proteção, tornando-se manifestas. É uma evolução do espírito que se assemelha a outra em virtude da qual, atos que antes se realizam conscientemente, descem depois ao nível inconsciente e mecânico, enquanto ao contrário, o que antes era inconsciente e instintivo, ascende à consciência e à visibilidade. Como esta evolução perpassa as diversas formações da vida privada e da vida pública? Como leva a estados cada vez mais adequados levando-se em conta que por um lado o segredo, torpe e indiferenciado começa a se estender demais e por outro só mais tarde haverá de revelar suas vantagens em muitas coisas? Até que ponto se modificam as conseqüências da intensidade do segredo em função da importância maior ou menor do seu conteúdo? Todas estas perguntas, ainda que sejam apenas questões, indicam a importância do segredo na estrutura das ações recíprocas humanas. O sentido negativo que se atribui moralmente ao segredo não nos deve induzir ao erro. O segredo é uma forma sociológica geral que se mantém neutra e acima do valor dos seus conteúdos. Por um lado assume o valor mais alto, o pudor delicado da alma refinada que oculta o melhor de si para não receber louvores nem recompensas, que se por um lado outorga o prêmio justo, por outro sombreia aquele valor. Mas por outra parte, se o que é secreto não está ligado ao mal, o mal se associa ao que é secreto. Por razões fáceis de alcançar, o imoral se esconde, mesmo quando não há punição social a temer, como no caso de certos desvios sexuais. A ação interna que isola a imoralidade permitindo-lhe prescindir de toda sanção social primária é real e importante, junto aos supostos encadeamentos entre as dimensões ética e social. O segredo é, entre outras coisas, a expressão sociológica da maldade moral, se bem que a frase clássica: “ninguém é tão mau que além de tudo o queira aparentar”, contradiga os fatos. Não raro a obstinação e o cinismo impedem que se chegue a encobrir a maldade, e esta pode até ser utilizada diante de outros para acentuar a personalidade, havendo inclusive quem se blasona em determinadas ocasiões, de feitos imorais inexistentes.

O uso do segredo como uma técnica sociológica, como uma forma de ação sem a qual em termos do social não se poderiam alcançar certos fins, parece bem claro. Não tão claros são os atrativos e os valores que a conduta secreta possui, prescindindo ela desta camada de sentido pela sua própria forma, mesmo sem levar-se em conta o conteúdo. Logo de saída, a exclusão enérgica dos demais produz um senso de propriedade, que por sua vez vem com a energia que lhe corresponde. Para muitos temperamentos, a posse não alcança a importância devida se se limitar a possuir; além disso, precisa da consciência de que outros têm de menos aquilo que se possui. É evidente que esta atitude está fundamentada na nossa sensibilidade para a diferença. Por outro lado, como a exclusão de outros ocorre especialmente quando se trata de coisas de grande valor, é fácil chegar psicologicamente à conclusão inversa de que aquilo que se nega a muitos deve ser particularmente valioso. Graças a isto, as mais variadas espécies de propriedade interior adquirem mediante a forma do segredo, um valor característico; o conteúdo do que é silenciado cede em importância ao simples fato de permanecer oculto aos demais. As crianças estão sempre a vangloriar-se dizendo aos outros: “eu sei de uma coisa que você não sabe”. E isto chega a adquirir um valor tão peculiar, que muitas vezes é dito em tonalidade humilhante para o outro, mesmo que tudo seja inventado e que não haja segredo.

Em todas as relações, das mais estreitas às mais amplas, acabam aparecendo o ciúme e o movimento de conhecer um fato oculto aos demais. As deliberações do Parlamento Inglês foram secretas durante muito tempo e ainda no reinado de George III se reprimira a publicação das mesmas pela imprensa porque isso era expressamente considerado como um ataque às imunidades parlamentares.

O segredo outorga uma posição excepcional à personalidade; exerce uma atração social determinada, em princípio independente do seu conteúdo, ainda que, como é natural, cresça segundo a importância e a dimensão do que é secreto. Para isso contribui uma inversão análoga à já mencionada. Toda personalidade e obra eminentes, têm para o comum dos homens um caráter misterioso. Sem dúvida, todo ser e fazer humanos brotam de potências indecifráveis. Mas dentro do nível qualitativo geral, nem por isso um se converte em problema para o outro; sobretudo porque nesta igualdade de nível se produz uma certa compreensão imediata, que não procede do intelecto. Ao contrário, diante de uma desigualdade essencial, esta compreensão não se produz. Se sobrevém a forma da diferença singular, logo o indecifrável se apresenta.

Do mesmo modo, quando vivemos sempre na mesma paisagem, o problema da influência que o meio possa exercer sobre nós não vem ao caso; por outro lado, tal problema se nos apresenta assim que mudamos de ambiente e a diferença de sentimento vital chama a nossa atenção para o poder efetivo deste elemento. Do mistério e do segredo que rodeiam tudo o que é profundo e importante, surge a falácia de que tudo o que é secreto deva ser também profundo e importante. O instinto de idealização e o temor natural do homem atuam juntos diante do desconhecido, aumentando sua importância pela fantasia e consagrando-lhe uma atenção que não teríamos prestado a uma realidade que se expressasse claramente.

Com esses atrativos do segredo, se combinam de modo singular os do seu oposto lógico, a traição, que tem, evidentemente, não menos que os outros, um caráter sociológico. O segredo contém uma tensão que se dissolve no momento da revelação. Este momento constitui um ponto alto na evolução do segredo; nele se concentram e culminam uma vez mais todos os seus atrativos, de maneira análoga a como o momento em que mais gozamos o valor do objeto, é o momento do gasto monetário. O sentimento de poder que a posse do dinheiro dá, se concentra e se torna mais prazeroso para a alma do consumidor no momento em que dele se desprende. O segredo também se faz acompanhar do sentimento de que não o podemos atrair, o que nos põe nas mãos o poder de produzir mudanças e surpresas, de causar alegrias e promover destruições, ainda que seja a nossa própria ruína. Por isso o segredo ocorre envolto na possibilidade e na tentação da revelação; e com o risco externo de que seja descoberto, se combina este intento de desvelá-lo que se assemelha à atração do abismo. O segredo levanta uma barreira entre os homens; mas, ao mesmo tempo, a tentação de romper essa barreira, por indiscrição ou por confissão, acompanha a vida psíquica do que é secreto, como os acordes aos sons fundamentais. Por isso a significação sociológica do segredo encontra seu modo de realização, sua medida prática, na capacidade ou na inclinação do sujeito para guardá-lo ou, se se quer, na sua resistência ou fraqueza diante da tentação de atraiçoa-lo. Do contraste entre estes dois interesses, o de esconder e o de descobrir, brotam o matiz e o destino das relações mútuas entre os homens. Como dissemos anteriormente, se estas relações tiverem como característica a quantidade de segredo existente nelas ou em torno delas, o seu desenvolvimento dependerá da proporção em que se dêem as energias que tendem a manter o segredo e as que tendem a revelá-lo.

As primeiras procedem do interesse prático e do encanto formal que como tal, o segredo apresenta; as outras se apoiam na incapacidade de resistir mais tempo à tensão do segredo e, nessa superioridade que, achando-se por assim dizer em estado latente no segredo, não se atualiza plenamente para o sentimento até o momento da ruptura. Por outra parte, também intervém o prazer da revelação, que pode acobertar uma outra forma perversa e negativa de sensação de poder.

Todos estes elementos que determinam a função sociológica do segredo são de natureza individual; mas a medida em que as disposições e as complicações das personalidades dão origem a segredos, depende ao mesmo tempo da estrutura social em que a vida decorre. O decisivo neste ponto é que o segredo constitui um elemento individualizador de primeira ordem, num duplo sentido típico. As relações sociais de diferenciação pessoal acentuada o permitem e fomentam em grande escala; por outro lado o segredo cria e aumenta tal diferenciação. Num círculo reduzido, de relações estreitas, a formação e a manutenção dos segredos se verá dificultada pela razão técnica de que os membros estão demasiado próximos uns dos outros e porque a frequência e intimidade dos contatos provoca fortemente a tentação da revelação. Mas também aqui o segredo não faz muita falta, porque tais formações sociais conseguem nivelar seus elementos e as peculiaridades do ser, fazer e ter, cuja conservação demanda a forma do segredo, contradizendo a sua essência.

É claro que ao ampliar-se consideravelmente o círculo, tudo isto vira ao contrário. Neste como em muitos outros pontos, é na economia monetária que se podem melhor observar os traços característicos dos grandes círculos. Como o tráfico de valores econômicos se realiza por meio do dinheiro, se tornou possível um segredo que em outras formas econômicas não se haveria de conseguir. Para este efeito, três qualidades da forma monetária têm importância: 1) o ser comprimível, o que permite enriquecer uma pessoa enfiando-lhe imperceptivelmente um cheque na mão; 2) a natureza abstrata e sem qualidades peculiares, graças a que podem realizar-se em segredo transações, aquisições e transferências de propriedade que eram impossíveis quando os valores estavam formados por objetos extensos e tangíveis e 3) sua ação à distância, graças à qual pode converter-se em valores mais distanciados e sujeitos a mudança contínua, escondendo-os assim ao olhar dos mais próximos.

Estas possibilidades de dissimulação, que aumentam à medida que se amplia a esfera de ação da economia monetária e cujos riscos se manifestam quando se maneja dinheiro alheio, têm causado a perpetuação da publicidade como medida protetora para as operações financeiras dos estados e das sociedades por ações. Isto nos leva a tornar mais precisa a fórmula de evolução antes indicada, segundo a qual os conteúdos do segredo estão em constante variação, no sentido de que o que originariamente era público se torna secreto e o que originariamente era secreto abre suas portas; isso poderia dar lugar à idéia paradoxal de que a convivência humana, havendo igualdade nas circunstâncias restantes, exige uma mesma quantidade de segredo, variando tão somente os seus conteúdos, de sorte que ao abandonar um recolhe o outro e graças a este truque, a quantidade total permanece invariável. Pode achar-se uma realização um pouco mais exata para esta fórmula geral. Dir-se-ia que à medida que progride a adaptação cultural, vão se tornando mais públicas as generalidades e mais secreto o que pertence ao âmbito individual. Como já indicamos, em contextos primitivos, as relações entre os indivíduos não se podem proteger contra a indiscrição como no estilo de vida moderno, especialmente nas grandes cidades, onde se tem produzido uma medida completamente nova de discrição e de reserva. Por outro lado, nos Estados de épocas anteriores, os representantes dos interesses públicos costumavam rodear-se de uma autoridade mística, ao passo que em civilizações mais maduras e amplas estes acabam adquirindo por conta da extensão do território, da sua soberania, da objetividade da sua técnica, da distância que mantêm de todas as pessoas comuns, uma segurança e uma dignidade que lhes permite agir publicamente. Aquele segredo em que se resolviam os assuntos públicos revelava sua contradição interior, produzindo movimentos opostos de traição por uma parte e de espionagem por outra. No entanto, nos séculos XVII e XVIII os governos mantinham no mais escrupuloso segredo o montante das dívidas do estado, a situação dos impostos, o contingente de tropas; em consequência disso, os embaixadores nada tinham para fazer a não ser espionar, abrir cartas alheias, arrancar revelações das pessoas que “sabiam” algo, descendo para isso até os serviços(2). Porém no século XIX a publicidade se impõe aos assuntos de estado a tal ponto que os próprios governos publicam oficialmente os dados que até então todo o regime devia manter secretos se quisesse sustentar-se. Assim a política, a administração,

a justiça, perderam o seu segredo, na medida em que o indivíduo pôde reservar-se mais e que a vida moderna elaborou técnicas que permitem guardar o segredo dos assuntos privados em meio ao burburinho das grandes cidades num grau a que antes só se podia chegar recorrendo à solidão e ao isolamento.

Até que ponto esta evolução deve considerar-se algo positivo? Isso depende dos axiomas sociais acerca do valor. A democracia considerará a publicidade um estado desejável em si mesmo, partindo da idéia fundamental de que todos devem conhecer os fatos e as circunstâncias que lhes interessam, pois é esta a condição prévia para intervir na sua resolução. O saber implica já uma incitação psicológica para intervir. Não obstante, cabe discutir se tal conclusão é absolutamente necessária. Quando uma instituição dominante se sobrepõe aos interesses individualistas abarcando-lhes certos aspectos, poderá estar facultada a funcionar secretamente graças a uma autonomia formal, sem por isso desmentir a sua “publicidade” no sentido do cuidado material dos interesses de todos. Por conseguinte, não existe uma conexão lógica que conduza a uma valorização maior do estado de publicidade. Mas de todo modo, prevalece a fórmula geral da diferenciação cultural: o que é público se faz cada vez público, o privado cada vez mais privado. Essa evolução histórica expressa a significação mais profunda e objetiva segundo a qual, aquilo que por sua essência é público e por seu conteúdo interessa a todos, se torna também mais público externamente, na sua forma sociológica. E o que, pelo seu sentido interior tem uma existência autônoma, os assuntos centrípetos do indivíduo, também adquirem na sua forma sociológica um caráter cada vez mais privado, cada vez mais tendente a permanecer secreto.

Já observamos que o segredo também constitui um patrimônio e um valor que enaltecem a personalidade. Mas isso traz em si uma contradição; aquilo que se reserva e esconde dos demais, adquire na consciência destes uma importância particular; o sujeito se destaca justamente por aquilo que oculta. Isso prova não só que a necessidade de destacar sociologicamente usa um meio em si contraditório, mas também que aqueles contra quem ela propriamente se dirige, se deixam arrastar já que paga o preço da dita superioridade. Fazem-no com uma mescla de vontade e de repulsa; mas isso alcança na prática o acatamento desejado. Portanto acaba sendo oportuno referir-nos ao adorno, na sua estrutura que é análoga em significação social.

A essência do adorno consiste em atrair o olhar dos outros sobre aquele que o ostenta. Neste sentido o adorno é antagonista do segredo, se bem que este também acentue a personalidade. O adorno realiza esta função misturando a superioridade sobre os demais a uma dependência deles. Por outro lado, ainda com relação aos outros, nele se unem a boa vontade com a inveja. Mas o adorno exige um estudo especial como forma sociológica típica.